



Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Relatório do Auditor Independente acompanhado das
Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	3
Relatório da Administração	6
Demonstrações Contábeis	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018	16

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512-4100
www.granthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
Andradina - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Tijóá Participações e Investimentos S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Tijóá Participações e Investimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019.

A handwritten signature in blue ink that reads "Ana Cristina Linhares Areosa".

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - SP

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Perfil Corporativo**

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (“Tijoá” ou “Companhia”) é a concessionária da usina hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos” ou “Usina”), responsável por sua administração, operação e manutenção.

A concessão da UHE Três Irmãos foi outorgada à Tijoá através do Leilão ANEEL 02/2014 e está regulada pelo Contrato de Concessão nº 003/2014-MME, cujo prazo de vigência é de 30 anos contados de 10 de outubro de 2014.

A UHE Três Irmãos está localizada no município de Andradina, na região do baixo Tietê, possui 5 unidades geradoras, capacidade instalada de 807,5 MW e energia assegurada de 217,5 MW. A usina conta ainda com uma estrutura de duas eclusas e um canal que possibilitam a navegação pela Hidrovia Tietê-Paraná.

Em junho de 2018 a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da Tijoá para o período de 01/07/2018 a 30/06/2019.

A Tijoá também é a prestadora de serviços de operação e manutenção das eclusas e operação do canal pelo prazo de 5 anos, contados de novembro de 2014, através de contrato de prestação de serviços firmado com o DNIT.

Estrutura Societária

A Tijoá está organizada na forma de uma sociedade anônima fechada, e conta com dois acionistas: a Juno Participações e Investimentos S.A., com 50,1% das ações, e FURNAS Centrais Elétricas S.A., com 49,9% das ações.

Perspectivas da Administração

De acordo com o seu Plano de Manutenção, durante o ano de 2019, a Tijoá estará concentrada na realização da manutenção de parada programada - MPP2 da UG-04, incluindo (i) as atividades de modernização do regulador de velocidade e do regulador de tensão; (ii) substituição da tubulação do sistema de ar anticavitação; (iii) substituição dos trocadores de calor do gerador; (iv) modernização do painel da comporta de emergência e (v) reparo do transformador elevador.

A Tijoá também implementará (i) a modernização do sistema de comunicação por rádio frequência da UHE Três Irmãos; (ii) substituição da grama no talude margem esquerda, em área total de 9.5624,12 m² (iii) a aquisição do compressor reserva para o sistema de ar de cavitação; (iv) a substituição de bancos de bateria e retificadores; (v) a complementação da modernização do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC); (vi) a elaboração do

Projeto Básico de Desassistência da Usina; (vii) a substituição da manta impermeabilizadora da canaleta de drenagem (cota 295), lado base da barragem de concreto, visando sanar Infiltrações de água; (viii) a modernização do sistema de supervisão e controle do nível dos poços de drenagem e (ix) a aplicação de revestimento asfáltico na pista interna em área de 23.373,85 m².

Principais Realizações de 2018

A Companhia manteve seu índice de disponibilidade acima do mínimo exigido (89,581%), de acordo com a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 125 de 17 de abril de 2013, sendo o último índice verificado no ano de 93,414%.

Foram concluídas as seguintes obras: (i) de melhorias do escritório administrativo da usina e implantação do almoxarifado; (ii) de instalação da Sinalização Náutica à Jusante da Barragem; (iii) de pavimentação de via interna de acesso à barragem, num total de 4.288,20m²; e (iv) de recuperação das canaletas da margem direita da barragem e de recapeamento asfáltico na crista da barragem, com aplicação do revestimento num total de 22.389,00 m².

Foi finalizada a implantação do Plano de Segurança de Barragem (PSB), conforme previsto nos padrões do Comitê Brasileiro de Barragem (CBDB) e pela Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE), em atendimento ao estabelecido pela legislação vigente aplicável, da substituição do Transformador Elevador da UG04, por ter apresentado formação de gases no seu interior, e dos serviços de Inspeção em Vaso de Pressão, conforme previsto na Norma Regulamentadora NR-13.

No que se refere à gestão ambiental e fundiária, a Tijoá deu seguimento ao seu planejamento para atendimento às condicionantes da Licença Ambiental de Operação e demais exigências dos órgãos e agências reguladoras competentes.

Foi concluído o projeto de P&D “Metodologia de Valoração de Bens e Serviços Ecológicos” associados a projetos de conservação ambiental em reservatórios hidrelétricos. O projeto foi desenvolvido pelo Instituto de Economia da UFRJ e Fundação Universitária José Bonifácio.

Desempenho Econômico e Financeiro

O desempenho econômico e financeiro correspondente às operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi:

Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro (Em milhares de reais)

	2018	2017
(+) Receita anual de geração (RAG)	175.745	133.773
(+) Receita de serviços	3.909	4.336
(=) Receita bruta	179.654	138.109
(-) Tributos	(16.782)	(12.905)
(=) Receita operacional líquida	162.872	125.204
(-) Encargos de geração	(78.824)	(75.396)
(-) Custos de O&M	(22.270)	(20.325)
(-) Custos com pessoal	(6.182)	(5.747)
(-) Seguros operacionais	(1.195)	(1.146)
(=) Lucro operacional	54.401	22.590
(-) Despesas gerais e administrativas	(3.680)	(3.656)
(=) EBITDA	50.721	18.934
(-) Depreciação e amortização	(356)	(654)
(=) EBIT	50.365	18.280
(-) Resultado financeiro líquido	507	960
(=) Lucro antes do IR e CS	50.872	19.240
(-) IRPJ e CSLL	(17.485)	(6.428)
(=) Lucro líquido do exercício	33.387	12.812

O EBITDA de 2018 atingiu o valor de R\$ 50,7 milhões e o Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 33 milhões.

Recursos Humanos

A Companhia finalizou a implantação do E-SOCIAL, realizando o envio de tabelas, eventos periódicos e não periódicos, cumprindo, com êxito, o calendário oficial determinado pelo Governo Federal.

A Tijoá realizou ainda, i) a campanha de vacinação contra a gripe para todos os seus funcionários; ii) a renovação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), com o objetivo de proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis para todos os seus colaboradores diretos e indiretos, bem como, organizou a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), com diversos eventos voltados à prevenção, tanto no que diz respeito a acidentes quanto a doenças do trabalho.

Foram concluídos os ciclos do programa de remuneração variável, apurando as metas e realizado o pagamento de PLR para todos os funcionários da Companhia.

Meio Ambiente

A Licença Ambiental de Operação da UHE Três Irmãos foi emitida para a Tijoá pela CETESB em 10 de outubro de 2014 e tem validade até 2 de dezembro de 2021. Todas as condicionantes da Licença Ambiental de Operação estão sendo cumpridas. Além disso, a Tijoá também atende outras exigências de cunho ambiental, estabelecidas por agências reguladoras como ANA e ANEEL.

Um dos mecanismos utilizados pela Tijoá para o relacionamento com as comunidades do entorno é o Programa de Educação Ambiental. Por meio deste Programa, a Tijoá estreitou relacionamento com diferentes públicos dos municípios de Andradina e Pereira Barreto, a fim de obter a percepção real sobre a UHE Três Irmãos e sobre os recursos naturais, além de estabelecer ferramentas para dialogar com a sociedade sobre estes temas. Com os resultados obtidos nesta fase, foi possível elaborar o jogo “Tietando a Energia”, para ser aplicado junto aos alunos da rede municipal e públicos diversos. O ano de 2018 foi dedicado a trabalhar o jogo na rede pública de ensino, juntamente com a promoção de visitas dos estudantes do 4º e 5º ano do ensino fundamental à UHE Três Irmãos. Em 2018, foram distribuídos 60 jogos para as escolas municipais de Andradina e Pereira Barreto e cerca de 900 alunos visitaram a Usina.

Além disso, a Tijoá também continuou promovendo a gestão da borda do reservatório, disciplinando os usos na faixa de desapropriação, por meio do estabelecimento de termos de cessão de uso junto a usuários e lindeiros que queiram implementar estruturas junto à borda do reservatório.

Destaca-se também, no ano de 2018, o início dos trabalhos de titulação de 115 lotes dos projetos de reassentamento que foram implantados pela concessionária anterior quando do enchimento do reservatório da Usina.

Com relação à preservação ambiental, a Tijoá desenvolveu programas ambientais de monitoramento de fauna, flora, ictiofauna, ações de reflorestamento, soltura de alevinos e manutenção de um Centro de Conservação do Cervo do Pantanal. Tais ações são exigências do licenciamento ambiental da UHE Três Irmãos e proporcionam resultados que contribuem para a conservação ambiental da Bacia do Rio Tietê.

Agradecimentos

A Tijoá registra seu agradecimento aos membros do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. A Companhia reconhece e agradece a dedicação e empenho do quadro funcional, assim como de todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Tijoá.

Conselho de Administração

Presidente: João Luiz Fontes de Almeida Titulares: Carlo Alberto Bottarelli, Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho, Luiz Eduardo Barros Manara, Marise Grinstein e Leticia Costa Manna Leite.

Suplentes: Dorival Pagani Junior, Ilton Barboza Telles e Bernardo Braga Teixeira.

Conselho Fiscal

Presidente: Rodrigo Figueiredo Soria Titulares: Bruno Shigueyoshi Oshiro e Claudio Rocha Bueno.

Suplentes: Evandro Ferreira de Oliveira, Rodrigo dos Santos Sirena e Fábio Ribeiro Pizzo

Diretoria

Presidente Diretor Técnico: Newton Lins Buarque Sucupira Filho

Diretor Administrativo e Financeiro: Luiz Eduardo Barros Manara

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.973	7.008
Aplicação financeira vinculada	5	6.415	6.973
Contas a receber	6	21.723	13.885
Impostos a recuperar	7	456	601
Outros créditos	8	1.427	1.405
Total do ativo circulante		<u>65.994</u>	<u>29.872</u>
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	24a	72	194
Imobilizado	9	36.306	39.413
Intangível	10	817	818
Total do ativo não circulante		<u>37.195</u>	<u>40.425</u>
Total do ativo		<u><u>103.189</u></u>	<u><u>70.297</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	11	2.081	3.484
Encargos do setor	12	10.011	8.867
Partes relacionadas	13	2.724	3.294
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	14	822	690
Provisões participação nos lucros, bônus e encargos	15	598	570
Impostos e contribuições a recolher	16	2.112	664
Dividendos a pagar	18.3	33.002	-
Outras obrigações		-	236
Total do passivo circulante		----- 51.350	----- 17.805
Passivo não circulante			
Obrigações especiais	17	30.751	31.789
Total do passivo não circulante		----- 30.751	----- 31.789
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	13.801	13.801
Reserva legal	18.2	2.760	1.809
Reservas de lucros	18.2	4.527	5.093
Total do patrimônio líquido		----- 21.088	----- 20.703
Total do passivo e patrimônio líquido		----- ----- 103.189	----- ----- 70.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita líquida de produtos e serviços	19	150.451	111.512
Custo dos produtos e serviços	20	(96.204)	(89.093)
Lucro bruto		<u>54.247</u>	<u>22.419</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(3.882)	(4.139)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>50.365</u>	<u>18.280</u>
Receitas financeiras	22	1.054	1.834
Despesas financeiras	22	(547)	(874)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		<u>50.872</u>	<u>19.240</u>
IRPJ e CSLL - Corrente	24b	(17.363)	(6.622)
IRPJ e CSLL - Diferido	24b	(122)	194
Lucro líquido do exercício		<u>33.387</u>	<u>12.812</u>
Lucro por ação - R\$		<u>2,42</u>	<u>0,93</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do exercício	33.387	12.812
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>33.387</u>	<u>12.812</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2016	13.801	1.168	922	-	15.891
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.812	12.812
Constituição de reservas	-	641	5.093	(5.734)	-
Distribuição de dividendos	18.3	-	(922)	(7.078)	(8.000)
Em 31 de dezembro de 2017	13.801	1.809	5.093	-	20.703
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.387	33.387
Constituição de reservas	-	951	4.527	(5.478)	-
Distribuição de dividendos	18.3	-	(5.093)	(27.909)	(33.002)
Em 31 de dezembro de 2018	13.801	2.760	4.527	-	21.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	50.872	19.240
	50.872	19.240
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	1.394	1.346
Obrigações especiais	(1.038)	(692)
	51.228	19.894
Resultado ajustado	51.228	19.894
Decréscimo/ (acrécimo) de ativos		
Contas a receber	(7.838)	4.728
Impostos a recuperar	145	(114)
Outros créditos	(22)	(313)
Acrécimo/ (decrécimo) de passivos		
Fornecedores	(1.403)	2.835
Encargos do setor	1.144	(519)
Partes relacionadas	(570)	712
Salários e encargos sociais a recolher	132	50
Provisões participação nos lucros e bônus e encargos	28	570
Impostos e contribuições a recolher	52	(195)
Obrigações especiais e outras obrigações	(236)	1.245
Impostos e contribuições pagos	(15.967)	(6.622)
	26.693	22.271
Caixa gerado nas atividades operacionais	26.693	22.271
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(794)	(20.172)
Baixa de ativo imobilizado intangível	2.508	19
Dividendos pagos	-	(8.186)
Aplicação financeira vinculada	558	4.597
	2.272	(23.742)
Caixa (aplicado)/ gerado nas atividades de investimento	2.272	(23.742)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	28.965	(1.471)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.008	8.479
No final do exercício	35.973	7.008
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	28.965	(1.471)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (“Companhia ou Concessionária”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de setembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em 10 de setembro de 2014, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a perceber receita a partir de outubro de 2014.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.421, de 17/07/2018, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da Tijoá Participações e Investimentos s.a. para o período de 01/07/2018 a 30/06/2019.

A Usina localiza-se no município de Andradina, SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Data de autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas pela diretoria em 31 de janeiro de 2019.

2.2. Pronunciamentos, normas e interpretações que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

Uma série de pronunciamentos, normas e interpretações serão efetivas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou nenhum desses itens na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

- ✓ CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arredamentos (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de alugueis.
- ✓ ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro - Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

- ✓ Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto – R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – custos dos empréstimos – R1)

A Companhia avaliou os reflexos destas normas, e no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

2.3. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos das demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- ✓ Reconhecimento de receitas – nota explicativa 19 – determinação do cumprimento das condições estabelecidas pelo órgão regulador e o constante do contrato de concessão.
- ✓ Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa 6 – principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda
- ✓ Contingências – Nota explicativa 27 - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

c) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Tributos diferidos

As adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A classificação do ativo financeiro é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros créditos.

d.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores, Encargos do setor e obrigações especiais.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de *software*. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

g) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

h) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando a média do número de ações ordinárias totais, ao fim do exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	101	2.094
Aplicações financeiras	35.872	4.914
	35.973	7.008

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário - CDB remunerado a taxa de 97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Aplicação financeira vinculada

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras – UG 05 (a)	319	1.596
Aplicações financeiras – Fiança (b)	6.096	5.377
	6.415	6.973

(a) Refere-se ao saldo remanescente da indenização líquida do prêmio de seguro, e reembolso dos custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG 05, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.676 de 17 de outubro de 2017 (vide Nota Explicativa nº 16). Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário - CDB remunerado a taxa de 97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(b) Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo da conta está aplicado em Certificado de Depósito Bancário - CDB remunerados a taxa 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e bloqueado para movimentação em garantia para Carta fiança.

6. Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber – Terceiros (i)	986	1.290
Suprimento de energia – CCGF (ii)	20.737	12.595
	21.723	13.885

(i) Montante a receber referente ao contrato 867/2014-DAQ/DNIT, firmado em outubro de 2014;

(ii) Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, e faturadas conforme CCGF- Contrato de Cotas de Garantia Física.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	20.143	12.543
Vencidos até 30 dias	872	52
Vencidos de 31 a 60 dias	244	852
Vencidos de 61 a 90 dias	249	-
Vencidos há mais de 90 dias	215	438
	21.723	13.885

A Companhia tem como procedimento reconhecer as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosas, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da perda é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não foi constituída a referida perda.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos a recuperar Lei 10.833	111	38
INSS a recuperar	221	-
PIS a recuperar não cumulativo (i)	19	99
COFINS a recuperar não cumulativo (i)	89	454
IRPJ a recuperar	12	6
CSLL a recuperar	4	4
	456	601

(i) Os créditos referem-se ao inciso II do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não cumulativo.

8. Outros créditos

	31/12/2018	31/12/2017
Seguros – Despesas antecipadas	1.142	999
Carta fiança	222	-
Adiantamento fornecedores	59	150
Adiantamento de férias e 13º salário	2	16
Adiantamento a diretores	2	-
Projetos de P&D	-	240
	1.427	1.405

9. Imobilizado

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL.

	Imobilizado em serviço					Imobilizado em curso					Total
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Peças sobressalentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.954	208	20	-	-	12.673	2.672	562	136	188	20.413
Adições	356	-	2	-	-	12.924	4.290	1.894	122	452	20.040
Transferências	32.480	-	35	2.414	223	(25.518)	(6.962)	(2.414)	(258)	-	-
Baixas	(19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19)
Depreciação	(948)	(39)	(3)	(27)	(4)	-	-	-	-	-	(1.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.823	169	54	2.387	219	79	-	42	-	640	39.413
Adições	228	-	88	-	15	240	156	-	-	44	771
Transferências	20	(20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(2.387)	-	(79)	-	(42)	-	-	(2.508)
Depreciação	(1.322)	(32)	(8)	-	(8)	-	-	-	-	-	(1.370)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	34.749	117	134	-	226	240	156	-	-	684	36.306
Taxa média de depreciação %	5%	14%	6%		3%						

10. Intangível

	Licenças de uso e Software
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.133
Adições	10
Amortização	(325)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	818
Adições	23
Amortização	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	817
Taxa de amortização %	20%

11. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores - Materiais e serviços	2.081	3.484
	2.081	3.484

A conta de fornecedores é composta principalmente por saldos a pagar de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza.

12. Encargos do setor

	31/12/2018	31/12/2017
P&D – Pesquisa e desenvolvimento	1.846	1.536
TFSEE - Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	38	14
CFURH – Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.637	1.728
TUST – Tarifa de uso do sistema de transmissão e conexão	5.490	5.589
	10.011	8.867

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei 9.991/2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº. 12.783, de 11/01/2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

13. Partes relacionadas

	31/12/2018		31/12/2017	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.	-	-	29	(317)
Furnas Centrais Elétricas S.A. (b)	1.037	(11.066)	1.186	(9.811)
CSE - Centro de Soluções Estratégicas S.A. (a)	1.687	(11.777)	2.079	(12.830)
	2.724	(22.843)	3.294	(22.958)

- (a) O montante a pagar a CSE refere-se ao contrato firmado em outubro de 2015, com objeto de AO&M (Administração, Operação e Manutenção) da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. Especificamente, com relação a CSE, o impacto no resultado está registrado principalmente como custo de operação.
- (b) Refere-se aos valores a pagar ao encargo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação junto ao sistema elétrico da UHE Três Irmãos.

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

14. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos	222	129
Provisões para férias e encargos	559	511
Honorários da administração e encargos	41	50
	822	690

15. Provisões participação nos lucros, bônus e encargos

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de PLR para empregados	211	191
Provisões bônus e encargos para administração	387	379
	598	570

16. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF PJ retido de terceiros	22	32
PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros	68	94
INSS retido de terceiros	16	12
ISS retido de terceiros	9	52
ISS a recolher	14	10
IRPJ a recolher	697	6
CSLL a recolher	272	46
PIS a recolher	180	73
COFINS a recolher	829	339
ICMS a recolher	5	-
	2.112	664

17. Obrigações especiais

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade.

Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782).

Em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 (UG-05) da UHE Três Irmãos, no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante foi inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta “Obrigações especiais – Passivo não circulante”.

Adicionalmente, essa mesma Resolução, estabelece que o prêmio do seguro supracitado é parte integrante desse ressarcimento financeiro e deveria ser descontado das últimas parcelas do cronograma de desembolso estabelecido pela ANEEL, logo também deveria ser considerado como “Obrigações especiais”.

Dessa forma, com base na referida Resolução, o registro do valor do prêmio de seguros foi contabilizado no passivo circulante da Companhia a título de adiantamento. Em 02 de março de 2017, por meio de Despacho nº 590 de 02 de março de 2017, a ANEEL determinou que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE efetuassem, a partir de março de 2017 (competência fevereiro de 2017), a liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos, o desconto do valor do prêmio de seguro, liquidando o adiantamento.

Em 13 de outubro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa nº. 6.676, a Aneel autorizou o reembolso do montante de R\$ 3.146 à Companhia de custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG-05, por meio da inserção pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE do valor complementar autorizado, na liquidação financeira da contratação das cotas de garantia física e de potência do mês de outubro de 2017. O referido montante foi recebido em 21 de novembro de 2017.

Em maio de 2017, a UG-05 entrou em operação passando a ser depreciada. Dessa forma, também conforme, a Resolução Autorizativa nº. 5.864 de 31 de maio de 2016, o saldo da conta de Obrigações Especiais é amortizado por montante equivalente a depreciação calculada sobre o valor do bem adquirido (UG-05) com esses recursos, de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício, bem como no fluxo de caixa.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o saldo da conta Obrigações especiais estão demonstrados como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações especiais	30.751	31.789
	30.751	31.789

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social da Companhia era de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	31/12/2018	31/12/2017
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914	6.914
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.887	6.887
	13.801	13.801

18.2. Reserva de lucro

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva legal	2.760	1.809
Reserva de lucros	4.527	5.093
Total Reserva de lucros	7.287	6.902

18.3'. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	33.387	12.812
(-) Constituição da reserva legal - 5% limitado a 20% do Capital Social	(951)	(641)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(8.109)	-
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	(4.527)	(5.093)
Saldo a destinar	19.800	7.078
(-) Dividendos propostos - 2018	(19.800)	-
(-) Dividendos propostos/pagos - 2017	-	(7.078)
(-) Dividendos complementares - 2017	(5.093)	-
(-) Dividendos complementares - 2016	-	(922)
Total de dividendos	(24.893)	(8.000)

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e submeter à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

Os dividendos pagos no exercício anterior no montante de R\$ 8.000 foram aprovados para distribuição aos sócios na Assembleia Geral Extraordinária - AGE do dia 21 de novembro de 2017.

Em 28 de dezembro de 2018, por meio de a Assembleia Geral Extraordinária – AGE, e Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 19.800 e distribuição de dividendos da conta de reservas de lucros no montante de R\$ 5.093.

19. Receita líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de vendas e serviços (*)	179.654	138.109
Deduções da receita		
(-) PIS - Programa de integração social	(2.964)	(2.278)
(-) COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	(13.654)	(10.496)
(-) ISS – Imposto sobre serviço	(164)	(130)
(-) Encargos setoriais (* *)	(12.421)	(13.693)
(-) Total deduções da receita operacional	(29.203)	(26.597)
Receita operacional líquida	150.451	111.512

(*) O aumento na receita em 2018, refere-se a alteração na metodologia de remuneração homologada pela Resolução Normativa N° 818/2018 que aprovou os Submódulos 12.1 e 12.4 do PRORET, que regulamentam a revisão das receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas enquadradas no regime de cotas de garantia física e potência da Lei 12.783/2013, bem como, a Resolução Homologatória n° 2.421/2018 que homologou a RAG para o ciclo de julho/2018 à junho/2019.

(**) A variação da conta ocorreu principalmente pela redução do encargo da CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

20. Custo dos produtos e serviços

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de terceiros	(21.513)	(19.507)
Pessoal e encargos	(6.182)	(5.747)
Encargos do setor	(66.403)	(61.703)
Materiais	(721)	(783)
Depreciação e amortização	(154)	(171)
Seguros	(1.195)	(1.147)
Outros	(36)	(35)
	(96.204)	(89.093)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Honorários, encargos e benefícios da administração e do conselho fiscal	(1.243)	(1.148)
Bônus e encargos - 2018	(387)	-
Bônus e encargos - 2017	(56)	(379)
Pessoal e encargos	(742)	(668)
Serviços de terceiros	(1.098)	(1.219)
Viagens	(150)	(169)
Depreciação e amortização	(202)	(483)
Outros	(5)	(73)
	(3.882)	(4.139)

22. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	968	1.165
Outras receitas financeiras	86	669
	1.054	1.834
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(345)	(773)
Outros juros, multas e atualizações	(202)	(101)
	(547)	(874)
Resultado financeiro	507	960

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo que substancialmente, às variações da taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB.

b) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados ao seu cliente. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

c) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

d) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2018, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas basicamente à variação do CDI.

24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos

É contabilizado um ativo ou passivo referentes a tributos diferidos a partir das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis e com base nos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, os quais, de acordo com a legislação tributária brasileira, não tem prazo prescricional para ser compensado.

Demonstrativo do cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido diferidos, registrados no ativo:

	31/12/2018	31/12/2017
Diferença temporária - PLR, Bônus	211	570
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo	72	194

b) Tributos correntes e diferidos resultado

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2018 IRPJ/CSLL	31/12/2017 IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	50.872	19.240
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota nominal (34%)	17.297	6.542
(Adições) / exclusões temporárias (a)	(151)	(119)
(Adições) / exclusões exercícios anteriores (b)	243	223
Outros (c)	(24)	(24)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	(17.363)	(6.622)
Alíquota efetiva	34%	34%

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

- a) Adição/exclusão dos valores correspondentes a provisões de PLR e encargos;
- b) Adição/exclusão dos valores correspondentes a bônus da Administração;
- c) Parcela isenta do adicional do Imposto de Renda.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2019	30.000	39
Riscos operacionais	07/11/2019	2.033.685	1.288
Veículos	25/05/2019	251	7

26. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2018 foi aprovada a rerratificação da remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia referente ao exercício de 2017 para até R\$ 1.583.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada dia 28 de dezembro de 2018, foi aprovada a proposta de remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2018 no montante de até R\$ 1.630. A destinação deste montante será dada pelo Conselho de Administração, sendo certo que, no que se refere à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, é observado o disposto no parágrafo 3º do art. 162 da Lei da S.A.

A remuneração total do pessoal chave da Administração reconhecida no resultado dos exercícios está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 21.

27. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e ambientais. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas como risco provável de perda na data-base 31 de dezembro de 2018 e de 2017. As causas classificadas como perda possível, não são registradas nas demonstrações contábeis, e são apresentadas como a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Riscos cíveis	30	30